

Queda de taxa reduz dívida

■ Cada ponto percentual a menos na Selic permite economia mensal de R\$ 191 milhões

SÍLVIA MUGNATTO*

BRASÍLIA – Cada ponto percentual de queda nas taxas de juros básica equivale a uma economia de R\$ 191 milhões mensais na rolagem da dívida pública em títulos, hoje de R\$ 365,297 bilhões. Em um ano, a economia é um pouco menor do que o montante que o governo espera arrecadar este ano com as novas alíquotas de contribuição previdenciária para servidores públicos inativos e ativos.

Para conter a fuga dos investidores estrangeiros após a desvalorização do real, o governo elevou as taxas de juros para 45% ao ano no início de março. De lá para cá, porém, as taxas foram caindo e hoje estão em 23,5% ao ano, uma queda de 21,5 pontos percentuais. De acordo com o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, se esta queda acontecesse agora de um dia para o outro, a economia no total que o governo paga de juros para o mercado seria de R\$ 3,679 bilhões ao mês.

Este total é semelhante ao que o Tesouro Nacional gasta por mês com os salários dos servidores públicos. Em um ano, a economia superaria o que o governo vai gastar este ano

com o custeio e a manutenção de toda a máquina pública.

O economista-chefe do Banco Bilbao Vizcaya, Octávio de Barros, faz uma outra conta para identificar a economia do governo com a queda nas taxas de juros. Segundo ele, cada ponto de queda reduz em 0,23 ponto percentual a dívida pública líquida (que desconta o que o governo tem a receber) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Hoje, esta relação está em 48,2%, o equivalente a R\$ 470,3 bilhões.

Queda maior – Esta relação ficou mais importante após o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) porque o governo se comprometeu a alcançar um percentual de 46,5% no ano 2001. Pela conta de Octávio de Barros, portanto, bastaria ao governo reduzir as taxas de juros em mais 7,4 pontos percentuais para a relação desejada ser efetivada. É claro que todas as condições atuais teriam que permanecer constantes.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, diz que a economia com juros deixou de ser uma conta relevante depois que o governo definiu as suas metas para juros reais (acima da inflação) e superávit primário do setor público (recei-

tas menos despesas, exceto juros) até 2001. Ou seja, o mais importante é saber se o governo vai cumprir estas metas. Como a inflação está em queda, os juros médios nominais deste ano deverão ser mais baixos que os utilizados no acordo, que estavam em torno de 28% ao ano.

No acordo com o FMI, o Brasil se comprometeu a reduzir os juros reais para 10% ao ano ou menos em 1999, 9% ao ano em 2000 e 8% em 2001. E o setor público terá que obter superávits primários superiores a 3% do PIB todo ano. “A relação dívida/PIB de 46,5% em 2001 vai depender desta trajetória”, diz Velloso.

Para reduzir os gastos com a rolagem da dívida pública nos próximos anos, o governo tem se empenhado também em alongar o prazo de vencimento dos títulos públicos. As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), que representam mais da metade da dívida do Tesouro Nacional no mercado, já estão sendo vendidas com prazo de dois anos.

Taxa mais alta – Na semana passada, o Tesouro Nacional enfrentou o nervosismo do mercado por causa da crise na Argentina e de novas revelações em torno do processo de privatização da Telebrás. Por conta disto,

acabou vendendo Letras do Tesouro Nacional (LTNs) por uma taxa de juros mais alta que a taxa básica. Isto porque as LTNs embutem um risco pelo fato de terem sua correção definida no momento da compra do título.

Como a correção da LFT acompanha a oscilação dos juros, não envolve riscos para os investidores. Por esta causa, o Tesouro não enfrentou resistências em relação à colocação destes títulos com o mesmo prazo de dois anos. Já as LTNs, que vinham sendo vendidas com prazo de seis meses, voltaram para três meses.

■ Recomeça amanhã, nos Estados Unidos, o julgamento da Microsoft, maior fabricante de software do mundo, que está sendo processada pelo governo americano por práticas monopolistas. O processo entra na reta final com um aliado de peso para o Departamento de Justiça: a IBM, que vai testemunhar contra a Microsoft, sustentando que a companhia do homem mais rico do mundo, Bill Gates, dominava o mercado mediante uma série de coações e ameaças de represálias.

*Colaborou Ugo Braga